



Brasília, Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Permanências imperiais e nova ordem global no teste da história

Paulo Roberto de Almeida |



Revista
Instituto Histórico Geográfico do Distrito
Federal

Permanências imperiais e nova ordem global no teste da história

Paulo Roberto de Almeida
Diplomata, professor

Recebido/Recibido/Received: 13/03/2025

Aceito/Aceptado/Accepted: 09/05/2025

Publicado/Publicado/Published: 12/05/2025

RESUMO: Considerações de caráter metodológico e de fundamentação histórica sobre a questão de uma “nova ordem global”, como eventual possibilidade a partir de um declínio considerado irremediável da atual “ordem mundial ocidental”, cuja validade conceitual e a sua própria adequação histórica à situação atual são colocadas em discussão. O ensaio adota uma abordagem histórica das características econômicas e políticas da ordem mundial contemporânea (não global), concluindo pela resiliência dos sistemas imperiais, que são os que presidem à ordem oligárquica ainda em vigor.

PALAVRAS-CHAVE: nova ordem mundial; economia global; governança; sistemas imperiais.

ABSTRACT: Methodological and historical reappraisal about the issue of a presumptive “global new order”, as an outcome of an irresistible decline of the current “Western world order”, whose conceptual validity and historical relevance are put into question. The essay adopts an analytical and historical approach about the contemporary features of the economic and political world order (which is not global), concluding by the resilience of the imperial systems, at the top of the oligarchic governance in the current world system.

KEY WORDS: new world order; global economy. governance; imperial systems.

RESUMEN: Consideraciones de carácter metodológico y de fundamentación histórica sobre la cuestión de un “nuevo orden global”, como posible consecuencia del declino supuestamente inevitable del actual “orden mundial occidental”, poniendo en duda la validez conceptual y adecuación histórica de su situación actual. El ensayo adopta un examen histórico sobre las características económicas y políticas del orden mundial contemporáneo (no global), concluyendo por la resiliencia de los sistemas imperiales, que aún presiden a la gobernanza del presente orden oligárquico.

PALABRAS LLAVE: nuevo orden mundial; economía global; gobernanza; sistemas imperiales.

1. Estamos no limiar de uma nova ordem global?

Este ensaio parte de uma análise crítica quanto à possibilidade aventada na questão acima: não se considera factível a hipótese de uma nova ordem global no futuro imediato; em contrapartida, se reconhece uma situação de deterioração relativa da atual ordem mundial (que não é exatamente global). Uma ordem

global pressupõe a existência de um arranjo, aceito ou imposto, baseado num conjunto de regras uniformes de funcionamento, presidindo ao relacionamento recíproco de unidades diferenciadas, tal como conhecidas na história das civilizações desde tempos imemoriais. O que sempre existiu foram estruturas imperiais, de amplitude regional, cada uma com suas próprias “ordens”, algumas mais amplas ou inclusivas do que outras. Tais estruturas imperiais foram se sucedendo ou se substituindo, ao ritmo de declínios internos, de dominações externas, de rupturas dramáticas entre uma e outra, eventualmente depois de guerras “globais”, como ocorreu duas vezes na primeira metade do século XX.

A sucessão ou substituição das estruturas imperiais está bem documentada na historiografia, desde a série de clássicos que Arnold Toynbee iniciou nos anos 1930 sobre o “estudo da História” (1987; 1934-1961). Exemplos recentes, figuram, de forma cronológica e num escopo enciclopédico, em Peter Stearns (2001), numa concepção de “história global” em Osterhammel (2014) ou no exame das características intrínsecas de diferentes impérios na História, como em Burbank e Cooper (2021). Essas estruturas imperiais, sucessivas ou coexistentes, convergem progressivamente para uma história mundial desde o século XVI.

Uma nova ordem pressupõe a ruptura ou a destruição da ordem anterior; ela deve necessariamente ser mais poderosa, ou mais “atraente”, do que a que vem dominar ou substituir. Examinando-se os tempos presentes, existem evidências de crises da ordem mundial pós-Segunda Guerra, mas poucos sinais de alguma ruptura dramática no sistema interestatal atual – que é o da ONU –, a despeito do acúmulo de disfunções e de algum stress no atual arranjo definido em Bretton Woods e em San Francisco. A despeito de várias disfunções – volatilidade dos capitais, quebra do padrão monetário, crises financeiras, etc. (Ferguson 2008) –, essa ordem, que era, sim, marcadamente ocidental, foi suficientemente resiliente para conseguir “absorver”, depois de quarenta anos de desafios, o sistema socialista antagônico.

Uma nova ordem “global”, que se sobreporia à, ou substituiria a atual, pressuporia novas bases econômicas, militares e diplomáticas radicalmente

diferentes dos arranjos existentes, em vigor desde os padrões estabelecidos em 1944-45, pouco mudados desde então. Este ensaio tenta argumentar – com base numa literatura de caráter histórico – que tal possibilidade não figura no horizonte dos tempos presentes, ainda dominado pela persistência de estruturas imperiais. O estado atual das relações internacionais pode representar tão somente uma crise da ordem existente, não exatamente o nascimento de uma nova. O mundo vive um momento de oposição entre diferentes forças políticas, econômicas e militares, entre elas as que desafiam os fundamentos da atual ordem, e que buscam a diluição do atual poder hegemônico, mas que ainda não configuram, concretamente, a possível emergência de uma nova ordem “global”.

2. A resiliência das estruturas imperiais a despeito de sucessivas crises

As múltiplas crises do entre guerras não levaram a uma nova ordem global, mas sim ao aprofundamento das crises que já afligiam a velha ordem marcada pela dominação colonialista e imperialista da Europa sobre aquela parte do planeta que passou a ser conhecida como Sul Global. Os fundamentos da ordem criada no seguimento do segundo grande conflito global do século XX estão sendo contestados por novos atores, neste início do século XXI, maneira não semelhante, mas talvez com efeitos similares, ao que ocorreu na primeira metade daquele século. Assim como na sua segunda metade o grande embate se deu entre dois impérios fortalecidos na guerra, o americano e o soviético, nesta primeira metade do século XXI o grande embate parece se apresentar entre o novo império chinês, aparentemente ascendente, e o americano, relativamente declinante, mas ainda hegemônico (Todd 2002). Uma eventual ordem emergente, alternativa, mas dificilmente global, ainda tem contornos largamente indefinidos.

Cabe encarar com certo ceticismo a validade desse conceito de “ordem global”, geralmente identificada e aplicada à atual “ordem onusiana”. Na verdade, ela não constitui, de nenhuma forma, assim como sua predecessora, a da Liga das Nações, uma “ordem global”, no sentido estrito do termo. Ela surgiu, assim como a anterior, de um contexto similar, o de uma ruptura violenta da

ordem interimperial prevalecente num continente preeminente na política e na economia mundiais, a Europa ocidental, com suas ramificações em outros continentes (Mauro 1976; Foreman-Peck 1986). As negociações tendentes a superar a ruptura da ordem anterior foram conduzidas por um número restrito de vencedores militares que impuseram aos vencidos, primeiro o tratado de Versalhes, depois as propostas de Dumbarton Oaks, ratificadas em Ialta, confirmadas em San Francisco, cujo resultado, a Carta da ONU, passou a ser representado como sendo uma “nova ordem”, mas que era nova apenas cronologicamente.

Confundir o atual sistema onusiano, parcial e incompleto, ainda que aparentemente “universal”, ou os arranjos econômicos desenhados anteriormente em Bretton Woods, com uma “ordem global”, no sentido estrito do termo, seria pretender a uma universalidade, tanto política quanto econômica, que de fato não existe, nem no plano conceitual, nem no terreno institucional. Este último espaço é constituído por uma série de tratados, regras e regimes, com alcance pretensamente universal, mas que, na realidade tardaram a ser aderidos e ratificados por grandes protagonistas: poucos países do campo socialista, por exemplo, foram partes ao GATT ou aderiram às instituições de Bretton Woods antes dos anos 1980.

No decorrer da segunda metade do século XX não se conseguiu transformar o sistema onusiano, basicamente interestatal, numa ordem unificada em escala global. Uma ordem, qualquer que seja ela, pressupõe um centro de comando, um processo decisório e ramificações dependentes, convergentes e alinhadas com esse centro, o que manifestamente não existe no mundo atual. Quando se observa o mundo real, pelo lado dos fluxos econômicos concretos ou do lado dos mecanismos através dos quais se processam os intercâmbios entre indivíduos, entre empresas e mesmo entre os governos dos Estados nacionais, a única conclusão possível é a de que não existe um “sistema-mundo”, pelo menos não numa acepção econômica do termo.

Dificilmente se pode erigir qualquer tipo de ordem política sem uma base econômica que a sustente. A noção de “sistema” implica um conjunto integrado

(ainda que não harmônico), no qual as diversas partes constitutivas obedecem, não necessariamente a um comando central, mas a uma lógica de organização funcional que determina o movimento combinado de suas várias partes. A partir de um sistema integrado se pode começar a pensar numa determinada ordem, que pressupõe a aceitação implícita ou explícita de suas regras por todas as suas partes componentes (voluntariamente ou não). Apenas para lembrar: o GATT permaneceu um acordo “provisório” durante seus primeiros 50 anos, aguardando que uma organização ao estilo das de Bretton Woods pudesse ser constituída. Os poucos países socialistas que permaneceram como “partes contratantes” a esse acordo de comércio e tarifas não o eram quando de sua negociação original (1946-47), como Cuba e Tchecoslováquia, por exemplo.

A República da China esteve nessas negociações e permaneceu no GATT não como Estado, mas como território aduaneiro, que é o conceito básico de funcionamento o sistema multilateral de comércio, de resto integrando ainda colônias que tinham uma circunscrição tarifária na época (Hong Kong, a Índia inglesa). Mas, a China comunista só aderiu a Bretton Woods em 1980, a Rússia (pós-URSS) em 1992; ao GATT-OMC, foi bem mais tarde: a China em 2001, a Rússia em 2012.

Mesmo na ausência de uma autoridade central, um “sistema global” deveria funcionar segundo os mesmos mecanismos de transmissão de fatores e de bens, ainda que dividido entre um centro e várias periferias, no modelo de Braudel e Wallerstein. O registro histórico – alguns historiadores recorrem ao conceito de primazia econômica (Kindleberger 1996) – nunca contemplou uniformidade ou constância de fluxos e de mecanismos unindo diferentes centros produtores, que sempre trabalharam sob relações de produção heterogêneas (indo do escravismo ao regime assalariado, passando por formas diversas de servilismo) e vinculando as regiões supridoras (mercados de origem) às comunidades consumidoras (sociedades dispendo de renda, geralmente as mesmas que eram fontes de tecnologia, podendo, portanto, extrair renda do resto do mundo já conquistado).

Na era contemporânea, quando a maior parte do comércio internacional é feita

de partes, peças e acessórios, e não de produtos acabados, e quando os intercâmbios são feitos mais entre ramos da mesma indústria, e até nas mesmas firmas, do que entre agentes diferentes, existe maior aproximação ao que seria um “sistema-mundo” (mesmo sem o ser, verdadeiramente), do que em épocas pregressas, dotadas de bem menor integração entre suas diferentes partes. As políticas nacionais expressam a força desses interesses econômicos mais concretos, e isso explica a heterogeneidade de qualquer ordem política ou econômica “mundial”.

A lógica da economia é a dos mercados, em princípio atomizados, anárquicos e tendencialmente livres de maiores constrangimentos institucionais, guiados essencialmente pela ambição e pelo egoísmo dos agentes (que atuam, não na macroeconomia, mas em bases microeconômicas), em busca de interesses próprios e paixões privadas. A política, por sua vez, tende à concentração da dominação, segundo as definições weberianas, buscando recursos entre agentes para seus próprios fins, oferecendo concessões e legitimando monopólios promíscuos. Essas realidades políticas e econômicas nacionais vão se alterando ao sabor das circunstâncias.

Em todo o mundo conhecido, até aqui, nunca houve uma “economia-mundo”, pela simples razão de que não existe, até aqui, um sistema unificado de regras de conduta, de condução de atividades econômicas produtivas, de efetivação de negócios financeiros ou de quaisquer outras naturezas, sob as quais poderiam atuar os agentes primários de criação de renda e riqueza. O próprio conceito de “economia nacional” é um tanto ambíguo, pois esse termo se aplica, supostamente, à agregação de todas as atividades produtivas sob uma mesma jurisdição nacional soberana, aplicando regras uniformes de condutas – regendo contratos, transmissão de ativos, etc. – o que manifestamente não existe no plano mundial ou internacional.

As poucas regras multilaterais ou internacionais existentes – como podem ser aquelas identificadas com organismos como FMI, Banco Mundial, GATT-OMC, etc. – não são propriamente universais, sequer globais, mas simplesmente estão à disposição das partes que decidem associar-se voluntariamente a esse

conjunto de normas estabelecidas de forma consensual ou impositiva no curso das últimas décadas ou séculos (no caso de comunicações postais, por exemplo). Essas partes são sempre os Estados nacionais, para fins de relações internacionais, mas o fato é que o grosso dos intercâmbios reais e de fluxos de intangíveis é operado por simples indivíduos ou por corporações, pequenas empresas ou grandes multinacionais. Estes agentes diretos da economia real operam sempre sob regras nacionais, ainda quando estas também possam se submeter às poucas normas multilaterais ou internacionais existentes no que se chama de sistema econômico multilateral.

Da mesma forma, nunca houve, em escala complementar à ordem econômica, uma “ordem política global”, pela simples razão de que nenhuma estrutura imperial, de base nacional ou transnacional, logrou conquistar uma primazia e um poder incontestável e indiscutível sobre todas as demais estruturas imperiais, coexistindo com competidores ou com parceiros no grande jogo geopolítico global. Respondendo, portanto, ao questionamento inicial do presente exercício, pode-se dizer que o conceito de “ordem global” é dificilmente perceptível no plano da governança mundial, ainda que esteja parcialmente – mas de forma incompleta e defeituosa – representado pela “ordem onusiana”, um arremedo bastante limitado de ordem mundial alegadamente universal.

3. O sistema onusiano corresponde, de fato, a uma ordem global efetiva?

Responder afirmativamente a essa questão significaria aceitar que o sistema onusiano atual conforma o centro dessa ordem global, o que não é minimamente sustentável no plano dos conceitos e, sobretudo, no da realidade das “estruturas imperiais” realmente existentes, que são as que fundaram o atual sistema político e econômico com pretensões à universalidade. Tanto a ONU como a sua predecessora do final da Grande Guerra, a Liga das Nações, são o resultado de rupturas violentas das “ordens” previamente existentes, e conformam exercícios oligárquicos tendentes a permitir um arranjo temporário entre os grandes impérios, no sentido de se encontrar um *modus vivendi* entre suas respectivas esferas de influência, o que está plenamente (e esteve no caso da Liga)

representado em seus órgãos decisórios máximos, com as deficiências naturais das acomodações subsequentes entre os grandes impérios existentes.

Nas negociações de paz de Paris, em 1919, atuaram, basicamente, os seguintes protagonistas: os Estados Unidos, representados pelo seu próprio presidente, e os primeiros-ministros ou ministros das Relações Exteriores do Reino Unido, da França e da Itália, esta última não inteiramente satisfeita com os resultados, o que aliás precipitou sua caminhada em direção da contestação da ordem oligárquica das grandes potências, sob a forma do fascismo, quase imediatamente após. Os Estados Unidos recuaram de sua participação, o que deixou a Liga entregue aos amigos-inimigos da ordem imperial europeia, logo adaptada para incluir a grande derrotada em Versalhes, a Alemanha, já sob a forma da República de Weimar. Uma ordem, portanto, essencialmente instável, pois que soçobrou nas novas ambições imperiais de alguns Estados fascistas militaristas e expansionistas – Itália fascista e Japão belicista – e nos desejos revanchistas da Alemanha hitlerista. A despeito do Pacto Briand-Kellog, de 1929, assinado por todos os grandes Estados, as guerras dos anos 1930 confirmaram que a ordem da Liga era tão instável quando a antiga Liga Ateniense (Kennedy 1987, 2006).

As bases conceituais da ordem política onusiana, a Carta do Atlântico e as Nações Unidas, na sequência, foram pactos concluídos em situação de guerra, cujos principais protagonistas foram os Estados Unidos, finalmente saídos do isolacionismo, o Reino Unido e a União Soviética, redimida de seu acordo com a Alemanha nazista. A França estava submetida ao jugo hitlerista e a República da China lidava com a ocupação japonesa em seu território, tendo mudado a sua capital para bem longe da costa.

O primeiro passo no sentido de reconstruir um simulacro de ordem política do pós-guerra começou, na verdade, pela economia, e foi representado pela conferência de Bretton Woods, de julho de 1944. Nela estavam representadas 44 nações, mas atuaram, para todos os efeitos práticos, apenas os EUA e o Reino Unido. Os arranjos feitos em Bretton Woods para o funcionamento do FMI e do Banco Mundial até reservaram, em suas disposições estatutárias, um

espaço para a União Soviética, mas ela finalmente recusou se associar às organizações “capitalistas”. Em nenhum momento das conversações em Dumbarton Oaks e em San Francisco, nos seus bastidores, se tratou de construir uma “nova ordem global”, mas tão simplesmente um “arranjo” entre os vencedores da ocasião, que discutiam os mecanismos funcionais para a fundação de uma nova ordem oligárquica que os satisfizesse parcialmente.

Tratou-se, portanto, de uma circunstância excepcional, na qual nunca esteve em causa a construção de uma “ordem global”, mas simplesmente um arranjo aceitável mutuamente para os quatro vencedores (logo em seguida cinco, ao ser a França arrastada para o grupo por Winston Churchill). Registre-se, desde logo, que nenhum deles era uma potência atômica no momento da assinatura da Carta de San Francisco (em junho), uma vez que a primeira potência nuclear, os Estados Unidos, ainda estavam testando a sua nova ferramenta (efetivamente colocada em prática apenas em agosto). Esses cinco, três grandes e dois menores, eram as potências vencedoras da maior guerra conhecida até então na história da humanidade. Assim permanece até o momento.

Ora, não há, no atual “sistema” de relações internacionais, quaisquer estruturas políticas (e obviamente militares) conducentes a um tal cenário de destruição da presente situação e de necessidade de discussão de reforma ou substituição da atual “ordem mundial” por uma nova. O que se tem, simplesmente, é um certo stress nas estruturas responsáveis pela criação da atual “ordem mundial”, um aparente declínio (relativo) do hegemon econômico e militar da atualidade e a possível ascensão econômica e militar de um novo candidato a hegemon (que não se apresenta como tal).

O stress maior, na verdade, se encontra na tentativa do antigo império contestatório da ordem ocidental (capitalista), que busca se reconstruir no presente momento, trinta anos depois da implosão (por razões internas) do velho império russo (tanto czarista quanto soviético). Este não possui, contudo, capacidade e poderio primário para conduzir qualquer processo de criação de uma nova ordem: a Rússia de Putin atua um pouco como os contestadores do entre guerras. Em conclusão, o sistema onusiano atual é praticamente tão

oligárquico, em seus fundamentos e funcionamento, como o foram o sistema da Liga das Nações, ou o do Congresso de Viena e seus derivativos imperiais.

4. As atuais estruturas econômicas esgotaram suas possibilidades de ajuste?

Uma resposta tentativa a este tipo de indagação deveria começar por se perguntar se o atual sistema-mundo capitalista apresenta sinais de disfuncionalidade podendo abrir espaço para desafios ao sistema econômico atual e por novos arranjos econômicos diferentes dos atualmente estabelecidos (aliás desde Bretton Woods, mas reformados várias vezes depois). Seria este o caso?

A noção de “sistema-mundo” já foi desconsiderada pela sua imaterialidade concreta. Mas por que ele, ou algum avatar seu, teria de ser especificamente capitalista? O que exatamente há de capitalista no “sistema-mundo” atual, exista ele ou não, na realidade? A economia global real, desde o “fim da História” – ou seja, desde a implosão final do sistema que pretendia enterrar o capitalismo – não é exatamente um “sistema-mundo”, e mesmo que fosse, não seria uniformemente e globalmente capitalista. A economia mundial é um amalgama de “sistemas nacionais” regidos por diferentes normas e ambientes regulatórios, integrados de maneira muito desigual nos diferentes circuitos de trocas, intercâmbios, fluxos ativos e passivos que se submetem a regras diferenciadas em função das fronteiras atravessadas. Ainda que o FMI seja, atualmente, quase tão universal quanto a FIFA, por exemplo, a OMC ainda não o é; mesmo que fosse mais abrangente do que os 3/4 dos Estados membros da ONU, ela sequer consegue impor e fazer cumprir as normas gerais que presidem ao sistema multilateral de comércio, que estão sempre sendo violadas por grandes potências e outros parceiros menores.

Existe alguma unidade conceitual, política ou institucional, entre as economias de mercado que funcionam (ou deveriam funcionar) nos Estados Unidos, no Canadá, no arquipélago de nações que compõem a União Europeia, na Austrália ou no Japão? E o que dizer do *new kid in the block*, a China, e o seu capitalismo

manietado pelo Estado e suas regras pouco transparentes, seja no seu mercantilismo administrado no comércio exterior, seja na apropriação legal e ilegal de propriedade intelectual estrangeira?

A economia mundial é dominada, por uma metade, pelos dois grandes gigantes de vários trilhões de dólares de cada PIB (EUA e UE, quase equivalentes), e por mais um quinto do PIB global pelos novos gigantes asiáticos, China e Índia, que não se equilibram ainda, mas que vão se equiparar relativamente em mais alguns anos. Existe ainda uma linha descendente ou quase estacionária para o Japão e a Alemanha, complementados por outros integrantes do G20 (que forma mais de 90% do PIB global). Talvez não se possa tomar a UE como uma economia totalmente unificada, ainda que suas regras setoriais sejam as mesmas; mas ela é um mosaico de produtividades diferenciadas, com gigantes exportadores competitivos, como a Alemanha, emergentes dinâmicos como a Polônia, e alguns retardatários, difíceis de reformar, como Itália, França, talvez Espanha; a Grã-Bretanha, por sua vez, compõe o seu próprio clube; outras ligas circulam em volta, como os escandinavos. Cada um deles exibe um tipo diferente de capitalismo (Appleby 2010), ou melhor, de economia de mercado, além e acima das regras aparentemente uniformes que os possam unificar em clubes mais amplos como a UE ou a OCDE.

E o que dizer dos dois gigantes atuais do comércio internacional, Estados Unidos e China? Pertencem ambos ao mesmo “sistema-mundo capitalista”? Certamente não, mas são dois países relativamente complementares, atualmente menos dependentes um do outro do que o que existia ainda num passado recente, provavelmente se encaminhando para uma difícil convivência econômica, competidores rivais por razões bem mais geopolíticas do que tecnológicas: a China realiza com os Estados Unidos o seu maior saldo comercial – feito, aliás, de produtos americanos desenhados nos EUA e manufaturados ou assemblados na China – e o gigante americano não poderia financiar seus déficits sem a compra chinesa de Treasury-bonds (algo que pode estar mudando atualmente e que ainda pode mudar dramaticamente, com a

agregação do BRICS+).

Trata-se de uma mútua dependência entre dois “sistemas” econômicos bastante diferentes entre si, mas tão interligados, numa espécie de “osmose econômica”, que o historiador britânico Niall Ferguson (2008) já chamou esse novo par da economia mundial de *Chimerica*. Não estamos falando exatamente de xifópagos, menos ainda de gêmeos bivitelinos, mas de duas economias complementares, em função de um conjunto fortuito de circunstâncias que não têm absolutamente nada a ver com a “economia política”, no sentido que Adam Smith deu ao termo, ou seja, o ferramental à disposição de estadistas nacionais para melhor organizar o crescimento e a prosperidade de seus povos. Não é seguro que a atual fragmentação da economia dita global possa desacoplar totalmente o gigante asiático do gigante americano.

Não é preciso continuar esta breve descrição dos principais protagonistas atuais da economia global para descartar completamente a concepção de que exista um “sistema-mundo capitalista”, histórico ou contemporâneo. Existem capitalismo nacionais, mas o japonês, por exemplo, é bastante diferente da modalidade americana ou europeia, assim como o “capitalismo com características chinesas” não encontra similares em quaisquer outros capitalismo nacionais. Se não existe um “sistema-mundo capitalista” uniforme e homogeneamente regulado, como planejar um pretense “novo arranjo econômico interestatal” que seria a superação ou substituição dessa “ordem econômica global” supostamente existente? Ora, dificilmente poderá existir uma ordem política global, nova ou alternativa à atualmente existente, sem um substrato econômico que lhe dê substância, fundamentos e razão de ser. Em outros termos, não existe uma ordem política global pela simples razão de que não existe uma ordem econômica global. A Rússia de Putin e a China de Xi Jinping, a despeito de sua atual “aliança sem limites”, dificilmente poderão oferecer ao mundo, sequer ao Sul Global, bases sólidas sobre as quais se possam estabelecer os fundamentos de uma nova “ordem econômica”.

As três décadas de “globalização triunfante” – a partir da implosão do socialismo – não resistiram ao nacionalismo imperante mesmo entre os

campeões da globalização, desde que o desemprego tecnológico impulsionado pela extraordinária ascensão econômica da China começou a levar suas respectivas classes políticas a recorrerem a medidas de salvaguardas, abusos de antidumping, restrições técnicas (não tarifárias) e outros expedientes oportunistas, muitos deles ilegais do ponto de vista dos protocolos acessórios ao GATT ou à OMC. Para que a relativa “desglobalização” ocorresse foi muito conveniente, talvez oportunamente fabricado, o dismantelamento do sistema de solução de controvérsias da OMC, começando pela não designação de novos árbitros, para compor seu painel de especialistas em políticas comerciais; o processo já tinha se iniciado na presidência Obama, mas adquiriu notável impulso na presidência Trump, conhecido antiglobalista e inimigo das organizações internacionais (inclusive daquelas mesmas criadas pelos próprios Estados Unidos, como Bretton Woods e a OTAN).

O fato é que os líderes nacionais sucessivos pertencentes aos países do “sistema-mundo capitalista” não se relacionam da mesma forma, ou com as mesmas intenções, com as instituições típicas desse sistema – organizações de Bretton Woods, OCDE, rodadas de negociação do sistema multilateral de comércio do GATT-OMC, etc. – e podem, portanto, não se colocar de acordo em torno de novos “arranjos”, por ocasião dos encontros regulares, geralmente anuais, de suas entidades de consulta e coordenação: o atual G7 (que já foi um G8, até 2014), o G20 e outros que possam surgir. Novos “arranjos” feitos nesses âmbitos costumam ser mais geralmente interestatais do que propriamente multilaterais, a exemplo do TPP – Trans-Pacific Partnership, sem a China, mas do qual Trump retirou os EUA – ou do RCEP – Regional Comprehensive Economic Partnership, com a China e Asean – ou de muitos outros, num esquema de livre comércio abrangente. Não esquecer, por outro lado, coalizões temporárias e até bizarras no âmbito das iniciativas ambientais, pois elas podem juntar grandes poluidores em bases fósseis (por razões essencialmente econômicas), opostos a promotores da “sustentabilidade” por razões basicamente políticas e de opinião.

Alguns desses “arranjos”, já estavam estabelecidos há muito tempo, como o

Nafta (parcialmente desmantelado sob Trump), ou seguiam o trâmite normal das associações negociadas entre a União Europeia e os países de seu imediato entorno geográfico, assim como pelos EUA no Caribe e na América Central e do Sul. Vários deles não eram simples “arranjos”, mas acordos formais, unindo propriamente os países membros por meio de compromissos livremente assumidos, eventualmente regulados por meio de cláusulas multilaterais – como o artigo 24 do GATT – ou por uma variedade de outros acordos e protocolos geralmente contraídos no âmbito da OCDE (código de investimentos, de movimentos de capitais, convenções industriais, etc.). Alguns países, como o Brasil e seus parceiros do Cone Sul latino-americano, estão singularmente ausentes de muitos desses arranjos, que também podem refletir cadeias industriais de valor existindo à sombra do mercantilismo efetivo que é o atual sistema de comércio.

Não cabe neste espaço entrar em considerações detalhadas sobre o funcionamento e os resultados comerciais e econômicos dos acordos feitos pela UE e pelos EUA, em suas respectivas esferas de influência. Pode-se, contudo, reafirmar que cada um desses “arranjos” não desempenha exatamente as mesmas funções geoeconômicas no “sistema-mundo capitalista”, embora eles sejam bastante convergentes, no sentido do reforço dos mecanismos e das oportunidades existentes num ambiente de democracias de mercado, ou seja, características que “novos arranjos” – no âmbito do BRICS, por exemplo – estão longe de exhibir. Apesar dos atuais desafios, as estruturas econômicas do “sistema-mundo capitalista” não parecem correr riscos sérios de desaparecimento, mesmo considerando a realidade da atual globalização fragmentada.

As linhas de fragmentação, no entanto, não seguem tanto as disfunções que possam ocorrer no próprio universo operacional do “sistema-mundo capitalista” – como é o caso das crises recorrentes nos mercados financeiros, cambiais ou de ativos que são negociados em bolsas –, mas sim linhas políticas (ou geopolíticas) que já estão afetando movimentos comerciais e financeiros, sobretudo depois do acirramento dos conflitos entre a China e os EUA e,

sobretudo, das aventuras guerreiras de Putin na Europa central e fora dela. As tensões acumuladas nos últimos anos não deixam de repercutir num movimento de retração em relação ao lançamento de novas rodadas de negociações comerciais no âmbito da OMC, por exemplo, ou na discussão de regras que poderiam facilitar novos canais da globalização.

O fato é que, nas últimas duas décadas, desde a crise financeira de 2008-2009, agravada nos últimos anos pela pandemia da Covid-19, muitos dirigentes políticos das economias de mercado começaram a se preocupar, mesmo antes da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, com o excesso de interdependência econômica criada nos anos de “globalização triunfante”. A tendência inversa foi o reforço da independência econômica, a preferência por associações comerciais e industriais com países vizinhos e mesmo o desenho de novas “políticas industriais” que implicam necessariamente vultosos subsídios estatais.

Mesmo quando se fala de “fragmentação da globalização”, cabe não perder de vista que a globalização não é um fenômeno único, que se projeta sobre o mundo de maneira uniforme, ou que atua sempre pelos mesmos canais do comércio internacional, dos investimentos diretos ou dos serviços e movimentos financeiros transnacionais. Grosso modo, pode-se distinguir dois tipos de globalização, às quais conviria distinguir pela natureza das forças que sobre eles intervêm: globalização micro e globalização macro.

A microglobalização é aquela que é diretamente conduzida por agentes econômicos individuais ou coletivos (as empresas privadas e mesmo algumas estatais): ela se manifesta nos fluxos de inovação e no lançamento de produtos e serviços diretamente na internet, pelos seus criadores, ultrapassando as fronteiras nacionais imediatamente (a menos de alguma barreira política ou “moral” colocada por Estados controladores da vida dos seus cidadãos). A China, por exemplo, não permite a oferta doméstica de grande parte das ferramentas de informação e de comunicação sociais de origem ocidental – que são substituídas por equivalentes nacionais, controlados pelo PCC e seus órgãos de Estado –, mas muitos chineses recorrem a provedores virtuais para

ultrapassar a “grande muralha eletrônica” construída pela autocracia oficial (mas é evidente que a maior parte dos chineses não tem meios de acessar esses provedores do “mundo capitalista”). O fato é que essa microglobalização deve continuar se expandindo nos anos à frente e contribuir para a unificação de alguns padrões dominantes, independentemente de governos e de normas multilaterais.

A macroglobalização atua exatamente no polo oposto, e talvez possa ser vista até como uma espécie de antiglobalização: ela é justamente exercida em nível estatal ou multilateral, e consiste na miríade de regras, normas, regulamentos e controles que são impostos unilateralmente pelos Estados nacionais ou que são discutidos e aprovados em conferências e acordos internacionais com esse objetivo preciso: determinar como são movimentados produtos e serviços transfronteiriços, sob quais condições ou barreiras, e quais os impostos a pagar pela sua entrada numa determinada jurisdição nacional. Dois exemplos similares, mas não semelhantes, desse tipo de regulamentação, são oferecidos pelo GATT e pelo GATS, ambos acordos administrados pela OMC. No caso do GATT, uma vez que os produtos paguem a tarifa aduaneira (com base em alíquotas *ad valorem* ou específicas, determinadas livremente por cada território aduaneiro, mas registradas na OMC), eles podem circular livremente pelo país segundo o conceito do tratamento nacional (ou seja, não discriminatório quanto à origem). No caso dos serviços, só pode haver oferta interna de algum serviço transfronteiriço (seguros, crédito ou educação, por exemplo) se o país em questão colocou na sua lista protocolada na OMC tal liberdade acordada à oferta estrangeira naquele setor específico.

A macroglobalização não é livre, como pode ser a microglobalização, que muitas vezes se expande ao arrepio de regulamentações ou controles nacionais. Um exemplo pode ser oferecido pela tentativa americana de controlar o aplicativo TikTok, de origem chinesa, por uma empresa propriamente americana, a pretexto da salvaguarda da privacidade dos cidadãos ou de simples considerações de segurança nacional. Registre-se o fato de que essa determinação governamental nada tem a ver com o caráter mais ou menos

capitalista, ou de mercado, da ferramenta em questão, mas de intrusões políticas num terreno que deveria ser deixado inteiramente a critério dos interesses econômicos dos usuários. Em outros termos, a macroglobalização, por razões que guardam escasso vínculo com preocupações legítimas com a segurança nacional ou a ordem pública, acaba cerceando o espírito inovador e quase anarquista da microglobalização.

5. A fratura geopolítica aponta para a substituição da atual ordem mundial?

O mundo atual comporta quase duzentos Estados, todos eles ostentando sua soberania por meio das bandeiras hasteadas na sede da ONU. Mas esta é uma realidade recente, pois a própria ONU foi criada com apenas um quarto desse total, ou seja, Estados verdadeiramente soberanos; muitos outros países foram adquirindo o status independente nas décadas seguintes. Mas a ONU não foi realmente criada sequer por um décimo daqueles Estados presentes no seu ato de batismo, cujo número, de toda forma, não era superior ao da emergência dos Estados nacionais na moderna acepção desse conceito (que se confunde, na tradição ocidental, com o mundo westfaliano).

Os impérios são muito mais antigos, persistentes e resilientes do que os modernos Estados nacionais (com, no máximo, meio milênio de trajetória histórica). Foram alguns poucos impérios os que, em última instância, formataram e inauguraram a ONU, segundo suas necessidades e conveniências, na verdade preservando o que sempre existiu na história da humanidade, ou seja: Estados e nações formalmente independentes em maior número do que o dos impérios que, eventualmente, diretamente ou não, os subjugaram, conquistaram, dominaram, escravizaram, extorquiram, ou que criaram várias formas de dependência ou de tutela pelas quais foram administrando, vigiando e controlando esse número maior de comunidades humanas (agrupadas etnicamente, pela religião, pela língua, pela cultura, pelas tradições). Os impérios representam, em escala geográfica maior, as oligarquias dominantes, que existem nas várias instâncias das comunidades politicamente organizadas: oligarquias políticas, econômicas, religiosas, por sua vez divididas

entre um centro e uma periferia. Existem oligarquias “nacionais” – se algumas delas já se organizaram nessa amplitude –, regionais, locais, tribais, até de base clânica ou familiar. Os impérios são oligarquias “supranacionais”, pois que dominando e controlando vastos territórios, com povos eventualmente diversos, todos eles colocados sob sua dominação e proteção, numa ordem estabelecida e de escopo justamente imperial, ou seja, administrando o “mundo” colocado sob sua guarda.

Voltando à realidade da atual “ordem mundial” – não global – não se pode dizer que ela foi criada pela meia centena de países que assinaram a Carta da ONU em 1945, e sim por dois ou três impérios, no máximo. Parte-se da Carta do Atlântico (agosto de 1941), entre dois impérios, sendo que apenas um estava em guerra, para depois chegar às “Nações Unidas”, com a adjunção de um terceiro império, seguindo-se a coalizão com os aliados e as dependências desses impérios. Os três grandes foram os impérios vencedores ao final da guerra total que os ocupou ainda durante quatro anos, sendo que no penúltimo ano foi desenhada, em Dumbarton Oaks, a arquitetura oligárquica que foi aprovada em San Francisco em junho de 1945 e que começaria a “funcionar”, como ONU, no ano seguinte. Esta nunca deixou de ser uma oligarquia interimperial, sob o útil “disfarce” de um agregado de soberanias nacionais.

Numa primeira fase dessa “ordem mundial” onusiana, o mundo esteve fraturado geopoliticamente entre os dois maiores impérios que emergiram ao cabo da Segunda Guerra Mundial: o mundo do socialismo, sob a liderança da União Soviética, e o mundo das democracias de mercado, comandadas pelos EUA (Raffestin et alii, 1995). A margem e ao redor dos dois impérios sempre “flutuou” um vasto número de dependências coloniais e de Estados formalmente independentes, mas vinculados a um ou ao outro dos impérios. Pequenas fragmentações ocorreram algumas décadas depois, com a descolonização efetuada nos domínios dos dois grandes impérios europeus (e alguns outros), ou com a ruptura entre os dois maiores Estados do mundo socialista, uma desavença que perdurou até a implosão do império soviético, mas transformada numa nova aliança em condições de pós socialismo, doravante elegendo como

adversário o império capitalista resiliente. O império soviético, herdeiro do grande império czarista, foi substituído pelo império russo, também multinacional e com tendências igualmente expansionistas, e ainda animado pelo mesmo componente ideológico antiocidental.

Voltemos, então, à questão inicial deste ensaio: existe uma crise sistêmica, ou estrutural, de um pretense sistema global capitalista, e estaríamos, então, no limiar do surgimento de uma “nova ordem global”, alternativa à atual, ocidental (realmente existente), seja em decorrência de um declínio irremediável da “velha ordem” e, no movimento inverso, seja da ascensão irresistível e fatal de novos hegemonos? Um dos piores vieses existentes no mundo da mídia – mas que pode encontrar prolongamentos nos meios acadêmicos – é aquele tipo de conjunturalismo que tende a ver em qualquer uma das múltiplas crises das economias de mercado (e elas costumam ser recorrentes) um prenúncio de crise geral do sistema capitalista, como por exemplo aquela surgida nas últimas turbulências financeiras e que deu lugar a questionamentos sobre a forma atual da governança global.

Importa sublinhar que, neste caso, ocorreu uma quase coincidência cronológica entre essa última crise do “mundo capitalista” e o aparente reforço e preeminência na mídia do então BRIC (logo em seguida BRICS, atualmente BRICS+, em aparente expansão), paralelamente a um processo de reaproximação política das duas grandes autocracias do planeta, por acaso dois países “ex-comunistas”. A etiologia da última “crise do capitalismo” não indica que ela tenha sido mais “sistêmica” do que as dezenas de outras que a precederam. O fato, porém, de que ela tenha ocorrido no momento em que uma nova aliança geopolítica estava em curso de consolidação (no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai, por exemplo), coincidentemente com o surgimento dos “novos garotos do bloco” (o BRICS), passou a exercer um possível impacto sobre o tipo de governança global que vinha sendo questionado pelo chamado Sul Global desde os tempos do ultrapassado Diálogo Norte-Sul e das demandas, simultâneas, mas também meridionais, por uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Cabe questionar, em primeiro lugar, a noção de que se está em face de um “caos sistêmico” no capitalismo; as economias de mercado são amplamente maleáveis e flexíveis aos ciclos de altas e baixas, de maneira recorrente ao longo de uma história mais do que secular. Turbulências e bolhas, com eventuais fases de recessão, ou mesmo depressões, sempre existiram e vão continuar a existir, num sistema que não só permite, mas convive com especulações, apostas erradas, irresponsabilidade governamental e empresarial assim como cálculos errados de indivíduos, de empresas e de governos, no quadro dessa liberdade que costuma caracterizar mercados verdadeiramente livres (e alguns menos livres também). Os que se referem à possibilidade de “caos sistêmico” no capitalismo mantêm a mesma predisposição anticapitalista ou alimentam as mesmas esperanças de uma derrocada completa do sistema que animou gerações inteiras de anarquistas, marxistas, socialistas de todos os matizes, e que sempre foram frustrados pela capacidade de recuperação do nefando sistema.

Na verdade, falar em sistema, assim como falar em capitalismo, é profundamente equivocado, uma vez que o primeiro não existe, e o segundo assume formas tão diversas quanto são os regimes políticos e as estruturas sociais ao redor do mundo. O que existe, de fato, são economias de mercado, com graus variados de regulação e de intervenção estatal, num processo contínuo de adaptações às condições sempre variadas nas quais atuam as comunidades humanas organizadas em formações estruturadas a partir de certa complexidade de funções, com base numa divisão do trabalho bastante avançada nas suas especializações respectivas. Todas as sociedades possuem mercados, e quase todas Estados organizados, mas o relacionamento entre esses dois termos depende muito das orientações econômicas e políticas que as sociedades estatizadas foram assumindo ao longo da história. Durante toda a história moderna e contemporânea, as sociedades mais prósperas foram, e são, as que souberam combinar o maior grau possível de liberdades individuais com montantes igualmente apreciáveis de liberdade econômica. As democracias de mercados livres, com baixo grau de intervenção estatal, parecem garantir o

maior grau possível de bem-estar social e de inovação tecnológica.

Descartada, portanto, a ameaça de um “caos sistêmico” nas economias de mercado – que supostamente se instalaria a partir de crises mais profundas em algumas dessas economias –, resta examinar a possibilidade de mudanças na “governança global”, que alegadamente poderiam emergir a partir da ascensão de alguns novos atores na economia mundial. Descartando um diáfano Sul Global, aparecem com algum destaque os integrantes do BRICS (agora fortalecido), em especial as duas grandes autocracias. Não que esses novos atores estejam imunes a crises, sejam as do “capitalismo global”, seja suas próprias crises de origem interna, mas seu impacto sobre a “governança global” deve ser medido e avaliado em função das realidades atuais e futuras dessa governança, não a partir de um desejo secreto por uma erosão da atual governança e sua substituição por uma nova.

Existe uma “governança global”, sob o domínio das potências hegemônicas que dominaram a economia mundial nos últimos séculos? Estaria ela sendo transformada pela chegada do BRICS? Os adeptos de teorias conspiratórias talvez respondessem afirmativamente. O registro histórico e as evidências contemporâneas indicam, porém, um outro cenário, que não o de uma única governança global dominada por um sistema global capitalista, cuja materialidade, como já vimos, está longe de ter sido estabelecida. O que é, de fato, e como se apresenta, essa alegada “governança global”?

Trata-se de um cenário razoavelmente cambiante ao longo dos últimos séculos, que foi se constituindo desde a paz de Westfália, passando pela ascensão dos mesmos Estados nacionais e de suas respectivas “classes dominantes”, que se lançaram à conquista do mundo desde a era do mercantilismo. Essas potências se combateram e se aliaram ao longo dos séculos, mas o seu número total e a sua importância relativa permaneceram praticamente os mesmos desde o final das guerras napoleônicas até o final da “segunda Guerra de Trinta Anos”, que foi constituída pela Grande Guerra, seguida pela Segunda Guerra Mundial. Esta última inaugurou um mundo radicalmente diferente, começando com a Guerra Fria e a bipolaridade

estratégica e chegando ao quadro ainda indefinido da atualidade, de redistribuição do poder mundial, com uma nova ascensão da China.

O congresso de Viena e as conferências de Versalhes, de Bretton Woods, de Ialta e de Dumbarton Oaks e São Francisco marcam os momentos de reorganização da ordem mundial (parcial), via supremacia das grandes potências. Estas permanecem mais ou menos as mesmas desde o início da revolução industrial, com algumas poucas mudanças nos campos político, militar ou econômico: as grandes economias da Europa ocidental (com as mudanças estatais do desaparecimento dos impérios alemão e dos Habsburgos), os EUA e a Rússia, que emergem decisivamente já no século XX, a ascensão do Japão, na mesma época, e, bem mais tarde, a nova ascensão da China, antiga primeira economia planetária até o século XVIII, mas que nunca tinha sido um ator relevante (como, aliás, também foi o caso dos EUA, até o final do século XIX).

Esses são os atores globais, que, portanto, não mudaram muito desde então, com exceção do desaparecimento dos dois impérios da Europa central, da eliminação de um outro (o otomano) e a emergência de um novo (o Japão). Ocasionalmente, eles se enfrentaram, mas a Europa conheceu um longo período de paz relativa, entre 1815 e 1914, com a ressalva da guerra da Crimeia (1855-56), praticamente periférica, e da humilhante derrota da França frente à Alemanha bismarckiana (1870), que marca o início do Império Alemão, até o final da guerra de 1939-45, este bem mais extenso do que o que viria a ser conhecido nas repúblicas contemporâneas. De fato, as grandes potências conduziram guerras entre si, desde a formação dos Estados nacionais, diretamente ou com sua extensão para as dependências periféricas, com a prevalência de uma ou outra, ou de uma determinada coalizão, enquanto ainda eram possíveis guerras interestatais, pluriestatais (como as guerras napoleônicas, por exemplo), ou até guerras globais, como as duas do século XX.

O surgimento da ferramenta atômica muda de forma radical os cálculos estratégicos das grandes potências: desde então nunca mais ocorreram guerras globais entre as nuclearmente armadas, pois isso significaria o seu mútuo aniquilamento. Elas passaram a se enfrentar em *proxy wars*, ou guerras por

procuração, na periferia, ou mediante as guerras secretas de sabotagem e de espionagem, que prevalecem mesmo entre aliados permanentes ou ocasionais. Aliás, a existência de duas grandes coalizões militares, a OTAN e o Pacto de Varsóvia, contribuiu, contraditoriamente, para certa estabilidade nas fronteiras dos dois grandes impérios, o americano e o soviético (com uma desconexão imperial do lado da China comunista).

Após a debacle da Primeira Guerra e a humilhante responsabilização da Alemanha, a governança foi precariamente assegurada pela Liga das Nações, sem, entretanto, a adesão dos EUA. A governança se torna bem mais complexa na era da Guerra Fria e no seu seguimento (Gaddis, 1997), mas cabe descartar, de imediato, a visão ingênua de uma governança mundial sendo exercida de maneira uniforme e permanente por uma coalizão de grandes potências pertencentes ao universo do “sistema-mundo capitalista”. A atual governança mundial ainda é aquela que foi primariamente estabelecida em Bretton Woods (especialmente no capítulo monetário, pelo FMI), confirmada em Genebra e Havana (GATT) e mantida por essas instituições e pela OECE-OCDE no decurso das décadas seguintes (OMC e outros organismos setoriais).

Que mudanças na “governança global” podem ser esperadas a partir da criação do BRICS? Pode-se dizer que seus integrantes podem, no máximo, dificultar algumas tarefas de coordenação, no âmbito do G-20, no FMI e na OMC, mas parecem pouco capazes de propor ou implementar suas próprias propostas de reordenamento econômico global. Independentemente do impacto que a China – que constitui metade dos BRICS, para todos os efeitos palpáveis – pode desempenhar na economia mundial, esse impacto pode ser tanto positivo, quanto moderadamente negativo (no terreno dos direitos humanos e de democracia ao redor do mundo, por exemplo).

Em resumo, não apenas o BRICS seria incapaz de alterar os padrões de competição nas economias de mercado, como esses padrões estão sempre sendo alterados pela própria dinâmica de mercado, que é conduzida pelas empresas, não pelos Estados. Não se trata de uma realidade contemporânea, e sim de uma realidade que acompanha as economias de mercado, e dentro delas

em especial o capitalismo, desde que essa configuração histórica do mundo dos negócios chamada corporação passou a financiar *condottieri*, príncipes e candidatos a novos soberanos.

O capitalismo é um processo, não um sistema, não conduzido por qualquer força social conhecida ou reconhecida enquanto tal, a não ser por agentes econômicos trabalhando em mercados mais ou menos abertos – ou seja, estes podem estar sujeitos a formas mais ou menos intrusivas de regulação estatal –, sujeitos à competição de congêneres motivados pelos mesmos motivos: lucro e acumulação. Como tal, o capitalismo é o “sistema” mais revolucionário jamais conhecido na história econômica, o que foi admitido pelo próprio Marx em seus textos de juventude e mesmo n’*O Capital*. O que vingou mesmo, em Marx, foi a crítica poderosa ao capitalismo do seu tempo, mas de fundo totalmente político, ou até filosófico, e que fundamentou a ação sindical e política do socialismo radical a partir de então. Ludwig Von Mises realizou uma avaliação precoce da impossibilidade de funcionamento de uma economia que abolisse o sistema de preços livres, em seu panfleto de 1920, *O Cálculo Econômico na Comunidade Socialista* (2012; Barbieri, 2013), mas sua crítica não foi levada em conta pelos socialistas. Sua análise permanece profundamente atual, no sentido em que a ordem anárquica das economias de mercado será sempre mais resiliente do que o mais “perfeito” sistema administrado por burocratas e tecnocratas autoritários.

Esta é, em última instância, o estado atual da “ordem mundial”, o que diminui singularmente, na teoria e na prática, as chances de uma “nova ordem global” desenhada e ambicionada por lideranças autoritárias. Se o embate atual não resultar numa nova conjuntura destrutiva das estruturas deficientes de governança mundial (o que aponta para antigos episódios de conflitos interimperiais), o que se apresenta, no futuro previsível, nada mais é do que a mera perspectiva da continuidade dos mesmos processos civilizatórios de ascensão e declínio dos sistemas imperiais que percorrem a história da humanidade desde tempos imemoriais.

Referências:

- Appleby, Joyce. 2010. *The Relentless Revolution: A history of capitalism*. Nova York: Norton.
- Barbieri, Fábio. 2013. *História do debate do cálculo econômico socialista*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Burbank, Jane; Cooper, Frederick. 2021. *Empires in World History: Power and the Politics of Difference*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Ferguson, Niall. 2008. *The Ascent of Money: a financial history of the world*. Nova York: Penguin Press.
- Foreman-Peck, James. 1986. *A History of the World Economy: International Economic Relations since 1850*. Brighton: Wheatsheaf.
- Gaddis, John Lewis. 1997. *We Now Know: Rethinking Cold War History*. Nova York: Clarendon-Oxford University Press.
- Kennedy, Paul M. 1987. *The Rise and Fall of Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. New York: Random House.
- _____. 2006. *The Parliament of Man: The Past, Present, and Future of the United Nations*. Nova York: Vintage Books.
- Kindleberger, Charles P. 1996. *World Economic Primacy: 1500 to 1990*. Nova York: Oxford University Press.
- Mauro, Frédéric. 1976. *História Econômica Mundial, 1790-1970*. 2ª. ed.; Rio de Janeiro: Zahar.
- Mises, Ludwig Von. 2012. *Economic Calculation in the Socialist Commonwealth (1920)*. Auburn, AL: Mises Institute.
- Osterhammel, Jürgen. 2014. *The Transformation of the World: A Global History of the Nineteenth Century*. Princeton: Princeton University Press.
- Raffestin, Claude; Lopreno, Dario; Pasteur, Yvan. 1995. *Géopolitique et histoire*. Paris: Payot.
- Stearns, Peter N. (general editor). 2001. *The Encyclopedia of World History*. 6a. ed.; Boston-Nova York: Houghton Mifflin Company.
- Todd, Emmanuel. 2002. *Après l'Empire*. Paris: Gallimard.
- Toynbee, Arnold. 1987. *A Study of History*. New edition; Oxford University Press, 2 vols.

[Paulo Roberto de Almeida
4676. “A resiliência imperial e a questão de uma nova ordem global”
Brasília, 27 maio 2024, 25 p.]